

**HABEAS CORPUS Nº 485.589 - GO (2018/0341345-0)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : DIVINO JUSTINO DA SILVA JUNIOR**  
**ADVOGADO : DIVINO JUSTINO DA SILVA JUNIOR - GO043298**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : THIAGO MIRANDA MARCELINO (PRESO)**  
**PACIENTE : THARLES BRENO DE ABREU (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de THIAGO MIRANDA MARCELINO e THALES BRENO DE ABREU, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que, no julgamento do *Habeas Corpus* nº 5518988-71.2018.8.09.0000, conheceu em parte do mandamus e, na extensão, denegou a ordem visada, afastando o alegado excesso de prazo nos autos da ação penal em que foram denunciados pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II e § 2º - A, inciso I, do Código Penal.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que os pacientes se encontram presos desde 26-5-2018, sem que tenha havido o encerramento da instrução criminal, a ponto de restar configurada a ilegalidade da medida extrema por excesso de prazo na formação da culpa.

Requeru, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, para que fosse relaxada a prisão preventiva ordenada, expedindo-se o respectivo alvará de soltura, ou, subsidiariamente, a substituição do cárcere por medidas cautelares mais brandas (art. 319 do CPP).

A liminar foi indeferida.

Solicitadas informações, essas foram devidamente prestadas.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*, ou caso seja conhecido, pela denegação da ordem.

É o relatório.

Dos elementos que instruem os autos, infere-se que os pacientes foram presos em flagrante, no dia **26-5-2018**, convertida a prisão em preventiva, e restaram denunciados pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso II, c/c art. 14, inciso II, ambos do CP, acusados de, haver desferido disparos de arma de fogo no ofendido, João Carlos de Jesus Almeida, só não consumando seu intento criminoso por circunstâncias alheias à sua vontade.

Quanto aos fatos, narra a exordial o seguinte:

*Conforme apurado, no dia dos fatos, os denunciados, com a intenção de praticar roubo, dirigiram-se de Bonfinópolis-GO para o Povoado da Capelinha, Zona Rural de Leopoldo de Bulhes-GO, em um veículo VW/Gol, cor azul, sendo Tharles Breno, o condutor do automóvel, e Thiago Miranda, o carona.*

*Com efeito, já no povoado, conduziram-se até as proximidades do estabelecimento comercial Minibox França, oportunidade em que resolveram praticar o delito.*

*Na ocasião, o denunciando Thiago Miranda, desceu do automóvel, enquanto Tharles Breno ali ficou dando cobertura. Em seguida, o primeiro portando uma arma de fogo artesanal, dirigiu-se ao comércio, local onde, mostrando o armamento, abordou Luiz Antônio de Brito, funcionário, que se encontrava na porta, determinando que ali adentrasse.*

*Ato contínuo, dirigiu-se ao caixa do estabelecimento, minuto em que com arma em rifte, abordou Marcelo França, submetendo-o a revista pessoal, momento em que questionava se ele possuía aparelho celular. Neste instante, tratando-se o proprietário de um policial civil, encontrando se armado, temendo pelo objeto ser encontrado, entregou o numerário que ali estava.*

*Em seguida, Thiago Miranda, evadiu do local, no sentido do carro, minuto em que a vítima dirigiu-se ao seu calçado, evidenciando que este, juntamente com seu comparsa, fugiram em um veículo VW Gol, cor azul. Com efeito, por Marcello França foi comunicado o ocorrido à Polícia Militar, que a partir das características dos denunciados e do automóvel, saíram em diligências, encontrando-os, em razão do carro ter estragado, escondidos em uma igreja evangélica.*

*Realizada a abordagem, foi encontrado em poder de Tharles de Abreu a quantia de R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais), em espécie, bem como com Thiago Miranda a arma de fogo artesanal. Pelos denunciados foi, confessado a prática do crime, sendo eles e o veículo utilizado reconhecido por Marcello França" (e-STJ fls. 23-26).*

Verifica-se que o Juízo singular, em audiência de custódia realizada em **30-5-2018**, homologou a prisão em flagrante e converteu-a em preventiva, porquanto a entendeu necessária, sobretudo, para o fim de restabelecer e preservar a ordem pública.

Formulado pedido de revogação da cautelar imposta, tem-se que o pleito restou indeferido pelo Juízo de origem em **26-10-18**, que salientou não haver qualquer mudança fática, restando incólumes os requisitos identificados no decreto construtivo originário (e-STJ fls. 43-44).

Inconformada, a defesa ingressou com remédio constitucional perante o Tribunal de origem que, por sua vez, conheceu em parte do *mandamus* e, na extensão, denegou a ordem visada, sob os seguintes fundamentos:

*"(...) apesar de ultrapassado o lapso de 148 dias, as circunstâncias em apreço justificam a dilação do prazo e afastam o constrangimento ilegal decorrente do seu excesso. Principalmente, porque o feito é complexo, estão sendo julgados dois réus, os quais estão custodiados na Comarca de Anápolis, e há necessidade de*

*recambiamento dos presos para a realização da audiência, bem assim porque o atraso no processamento do feito é de pequena monta.*

*Igualmente, vê-se que, diante da acusação de crime grave - roubo circunstanciado -, o lapso temporal por ora ultrapassado não se mostra excessivo. Máxime em razão de ser os réus recalcitrantes no cometimento de crimes patrimoniais, sendo que nenhum deles comprovou, tanto na ação de origem como no presente writ, vínculo permanente no distrito de Leopoldo de Bulhões. Também não foi comprovado, por meio de documentação idônea, ocupação laboral lícita" (e-STJ fls. 18-19).*

Esclarecidos esses fatos, inicialmente, quanto a alegada demora no trâmite da ação penal, cumpre ressaltar que, como tem orientado a doutrina e decidido esta Corte Superior, os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso tão-somente pela soma aritmética dos mesmos.

Admite-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

Nesse contexto, não se vislumbra, na espécie, manifesto constrangimento ilegal passível de ser sanado por este Superior Tribunal.

Com efeito, segundo consta dos autos, na Ação penal nº 201800655694, **os pacientes foram presos em flagrante no dia 26-5-2018, convertida a prisão em preventiva em 30-5-2018.**

**A denúncia foi oferecida em 18-6-2018, e recebida no dia 26-6-2018.**

O recebimento da denúncia foi ratificado no dia **29-8-2018**, e designada a audiência de instrução e julgamento para o dia **25-10-2018**, e, posteriormente, remarcada para o dia **3-12-2018**, não tendo sido possível a sua realização, nas duas oportunidades, devido a contratempos na Unidade Prisional de Anápolis, local onde os acusados estão custodiados.

Em contato telefônico com a vara de origem, noticiou-se que no dia 6-2-2019 realizou-se audiência de instrução e julgamento, com o início das oitivas de algumas testemunhas arroladas, encontrando-se o feito no aguardo da realização da continuação da audiência de instrução e julgamento, já com data aprazada.

Ora, no caso, **o feito é complexo, com dois acusados, recolhidos em estabelecimento penal fora do distrito da culpa, com a necessidade de recambiamento dos acusados para a realização das audiências** - circunstâncias que certamente exigem que se utilize maior tempo até chegar-se à solução final da causa - **não havendo, portanto, notícias recentes de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação dos atos processuais, tampouco desídia ou inércia por parte do Juízo processante.**

Nesse contexto, não há se falar em excesso de prazo no trâmite processual, mostrando-se inviável a soltura dos pacientes sob este fundamento.

A propósito, colacionam-se os seguintes precedentes deste Sodalício:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUCEDÂNEO DE RECURSO APROPRIADO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE VÁRIAS CARTAS PRECATÓRIAS. RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Segundo entendimento consolidado nos Tribunais Superiores, a análise do excesso de prazo na instrução criminal será feita à luz do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser considerada as particularidades do caso concreto, a atuação das partes e a forma de condução do feito pelo Estado-juiz. Dessa forma, a mera extrapolação dos prazos processuais legalmente previstos não acarreta automaticamente o relaxamento da segregação cautelar do acusado. Precedentes.

4. No caso dos autos, verifica-se que o magistrado de primeiro grau tem promovido as diligências necessárias para dar celeridade à instrução processual, inexistindo desídia estatal na apuração dos fatos. Eventual retardo no término da instrução processual deveu-se a necessidade de expedição de diversas cartas precatórias.

5. Ademais, de acordo com as últimas informações colhidas do site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a instrução se encaminha para o encerramento com a audiência de interrogatório já realizada.

6. Habeas corpus não conhecido.

(HC 468.825/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 13/11/2018)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 24.07.2018 CANCELADA A PEDIDO DA DEFESA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - O prazo para a conclusão e julgamento do feito não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos processuais para a aferição do eventual excesso (precedentes).

II - Na hipótese, em consulta ao sítio eletrônico ([www.tjrs.jus.br](http://www.tjrs.jus.br)) verifica-se que o feito vem recebendo tramitação regular, não havendo nada a indicar a desídia do Juízo em sua condução, sendo que, no caso concreto, houve necessidade de expedição de cartas precatórias e como bem ressaltado no aresto impugnado "a audiência de instrução designada foi cancelada, a pedido da Defesa", não havendo que se falar, portanto, em desídia ou negligência por parte do judiciário ou Ministério Público.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

*Recurso ordinário desprovido.*

*(RHC 102.922/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 15/10/2018)*

Ante o exposto, com fulcro, respectivamente, no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece do presente mandamus.**

Publique-se e intimem-se.

Após ciência do Ministério Público Federal e o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

